

UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS, COMUNICAÇÃO E ARTES
CURSO DE LICENCIATURA EM FILOSOFIA

LUCAS VINÍCIUS PEREIRA PACHÊCO

O problema da liberdade no *Segundo Discurso* de Rousseau

Maceió
2022

LUCAS VINÍCIUS PEREIRA PACHÊCO

O problema da liberdade no *Segundo Discurso* de Rousseau

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao
Curso de Licenciatura em Filosofia da
Universidade Federal de Alagoas para a obtenção
do título de Licenciando em Filosofia.

Orientadora: Profa. Dra. Taynam Santos Luz
Bueno.

Maceió
2022

Catálogo na Fonte
Universidade Federal de Alagoas
Biblioteca Central
Divisão de Tratamento Técnico

Bibliotecário: Marcelino de Carvalho Freitas Neto – CRB-4 – 1767

P116p Pachêco, Lucas Vinícius Pereira.
O problema da liberdade no *Segundo Discurso* de Rousseau / Lucas Vinícius Pereira
Pachêco. – 2022.
34 f.

Orientadora: Taynam Santos Luz Bueno.
Monografia (Trabalho de Conclusão de Curso em Filosofia) – Universidade Federal
de Alagoas. Instituto de Ciências Humanas, Comunicação e Artes. – Maceió, 2022.

Bibliografia: f. 34.

1. Rousseau, Jean-Jacques, 1712-1778. 2. Liberdade natural. 3. Segundo discurso. 4.
Escravidão. I. Título.

CDU: 326

RESUMO

A questão em que se concentra este trabalho é a possibilidade de compreender e delimitar o que o filósofo genebrino Jean-Jacques Rousseau entende como Liberdade em seu *Discurso Sobre a Origem e o Fundamento da Desigualdade entre os Homens*. Acompanhando a leitura do referido texto, pretende-se acompanhar o modo como a liberdade humana é descrita no estado de natureza por Rousseau, bem como os acontecimentos que, hipoteticamente, acabam por fazer com que a história do desenvolvimento humano seja em si uma história de queda e degeneração moral, assim como da separação definitiva de sua liberdade, na visão do autor. Assim, é necessário entender o que havia antes destes eventos fortuitos que conduziram a humanidade ao seu estado atual de escravidão e dependência, passando pelo papel das paixões, da própria natureza humana e o surgimento da sociedade. Compreender tais pontos nos conduz a perceber que o tipo de liberdade presente no *Segundo Discurso* é uma liberdade pura, natural, sem malabarismos argumentativos que visam consolar aqueles que sentem sua supressão no mundo civilizado.

Palavras-chave: Rousseau, Liberdade Natural, Segundo Discurso, Escravidão.

ABSTRACT

The question on which this work focuses is the possibility for men to understand and delimit what the Genevan philosopher Jean-Jacques Rousseau understands as his *Discourse on the Origin of Inequality Between Men*. The philosopher presents a solitary natural man and, for this and others reasons, a men free, given his most basic survival. However, hypothetically, Rousseau narrates the disastrous events that end up making the history of human development itself a history of moral fall and degeneration, as well as the definitive separation from their freedom.

It is necessary to understand what existed before these fortuitous events that led humanity to its current state of slavery and dependence, passing through the role of passions, human nature itself and the emergence of society. Understanding such points leads us to realize that the type of freedom present in the *Second Discourse* is a pure, natural freedom, without argumentative juggling that aims to console those who feel its suppression in the civilized world.

Key words: Rousseau, Natural Freedom, Second Discourse, Slavery.

AGRADECIMENTOS

A Deus, primeiramente, pois me conservou em amor até aqui, desde a minha infância em que rezava por inteligência. “Ainda que eu tivesse o dom de profecia e conhecesse todos os mistérios e todo o conhecimento, ainda que eu tivesse uma fé capaz de mover montanhas, se não tivesse amor, eu não seria nada” (*Coríntios* 13.11).

À minha família, especialmente minha mãe e pai, pelo carinho, apoio e persistência em permanecer ao meu lado mesmo com todas as dificuldades. Sem vocês, eu não teria sentido sequer o cheiro dos livros.

À Jaqueline, amiga que fiz durante o curso e que se tornou um alento no meio de tanta correria, nossas conversas e idas ao restaurante universitário para falar não só de faculdade, mas de música, religião ou somente dar risadas tornaram essa jornada muito prazerosa.

À minha turma do Curso de Filosofia, que não foi única, passei por várias até conseguir me firmar, mas guardo com carinho na memória a experiência incrível que foi dividir a sala e os corredores com vocês: Acácio, Maurício, Luo, Islânio, Anízia, Kyttoo, Nailton e Marquinhos. Os outros foram igualmente importantes.

Aos professores do curso de Filosofia que buscavam trazer excelentes aulas, nos ensinando Filosofia e a filosofar. Em especial, aos professores Marcus José, Ricardo Rabenschlag e Alexandre Torres. Ambos foram responsáveis por construírem em mim uma autoestima que eu não tinha, obrigado por acreditarem que eu posso entregar coisas boas à Filosofia.

À minha orientadora, Taynam Bueno, pois mesmo sem ter me dado aulas em alguma matéria obrigatória e sem me conhecer direito, me abraçou durante dois anos e meio, insistindo com toda ternura do mundo para que eu seguisse em frente, apesar de toda inconstância, foi mais que uma orientadora, mas uma psicóloga, alguém que injetou em mim a vontade de buscar efetivar meu potencial. É com emoção e lágrimas nos olhos que te agradeço, Taynam.

A Joaquim, meu filho. Espero que sinta orgulho do papai,
pequeno. Um dia eu poderei te abraçar.

Sumário

RESUMO	3
ABSTRACT	3
AGRADECIMENTOS	4
1. INTRODUÇÃO	7
2. A GÊNESE DO PENSAMENTO DE ROUSSEAU: SEU MÉTODO HIPOTÉTICO	8
3. O HOMEM EM SEU ESTADO NATURAL: SEUS ATRIBUTOS FÍSICOS E PSICOLÓGICOS	11
4. O DESENVOLVIMENTO DA LINGUAGEM E A VIDA EM SOCIEDADE NO SEGUNDO DISCURSO	16
5. A PROPRIEDADE PRIVADA E A CRISTALIZAÇÃO DA DESIGUALDADE	21
6. LIBERDADE E DESIGUALDADE	24
7. O PAPEL DAS PAIXÕES	25
8. CONCLUSÃO	30
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	34

1. INTRODUÇÃO

Pode ser observado na obra de Jean-Jacques Rousseau uma grande preocupação com o problema da instituição da sociedade e suas implicações antropológicas, sobretudo com a questão da desigualdade. É a partir do advento da sociedade que o homem se degenera e adentra a um estilo de vida que não o beneficia, e um dos maiores motivos para sua infelicidade é a perda de sua liberdade. O homem atual é livre? Ele está sob estado constante de dependência de outro homem e relativizou o conceito de liberdade às novas circunstâncias? Rousseau acredita que o homem civil não possui liberdade plena, é um escravo que mascara essa condição com as artes e as ciências. Cabe entender o que o filósofo entende por liberdade no estado de natureza, no *Segundo Discurso*. Assim, este trabalho se concentrou em buscar o conceito específico de Liberdade na obra de Rousseau intitulada “*Discurso Sobre a Origem e o Fundamento da Desigualdade Entre os Homens*”, obra em que ele narra de maneira hipotética os acontecimentos que transportaram o homem de seu estado natural para o estado civil.

Para não cair na limitação de recortar pequenos trechos onde Rousseau fala claramente sobre a liberdade, foi preciso entender como esse conceito se relaciona com cada fase do texto do *Segundo Discurso*, da descrição do homem em seu estado primitivo, passando pelas primeiras reuniões dos homens, o surgimento da propriedade privada, a relação entre desigualdade e liberdade (ou escravidão) e o papel que exerce as paixões.

Acompanharemos, em nossa leitura, que tudo o que havia sido disponibilizado pela natureza de forma gratuita é privatizado à força, mas o pobre é impedido de se rebelar pela intervenção do rico no momento oportuno em que este propõe um pacto que supostamente "igualava" as duas partes, apaziguando e acostumando os homens à servidão.

É dessa forma que conseguimos entender que, embora Rousseau não tenha, pelo menos no *Segundo Discurso*, tratado da liberdade de maneira exaustiva, este é um conceito que permeia toda a história hipotética sugerida por ele, pois é somente com o surgimento da sociedade que o homem gradativamente se torna escravo do outro, pois dele depende para sobreviver.

É possível extrair dessa obra uma noção de liberdade, embora o próprio autor pareça construir um cenário irreversível em que não podemos desfrutar dessa liberdade. O *Segundo Discurso* é um texto que, em nossa interpretação, se pode considerar pessimista, pois ele lida com o fato de que a história humana é em si uma história irreparável de escolhas ruins que conduziram o homem à escravidão e a desigualdade, como pretendemos recuperar neste trabalho.

2. A GÊNESE DO PENSAMENTO DE ROUSSEAU: SEU MÉTODO HIPOTÉTICO

No ano de 1753, a Academia de Dijon formulou uma elevada questão para o seu Concurso de Literatura: "Qual é a fonte da desigualdade entre os homens? Ela é autorizada pela lei natural?". No *Discurso Sobre a Origem e os Fundamentos da Desigualdade Entre os Homens*, publicado em 1755, Rousseau responde a esse problema revisitando e reconstruindo o passado do homem de maneira não convencional até então, isto é, propondo um método inovador na tentativa de abordar o problema proposto pela academia, bem como de refletir acerca da difícil relação civilização, natureza e desigualdade. A abordagem do autor genebrino abre mão, por assim dizer, dos fatos e fornece, em seu lugar, uma versão hipotética da história humana. Deste modo, a reconstrução rousseauiana pode ser interpretada enquanto uma conjectura, uma história hipotética formulada na tentativa de alcançar os primórdios da cultura humana, o que fará Claude Lévi-Strauss dizer que:

“Rousseau não se limitou a prever a etnologia: a fundou. Primeiro de um modo prático, ao escrever o *Discurso sobre a origem da desigualdade entre os homens*, este que funda o problema das relações entre natureza e cultura e pode ser considerado como o primeiro tratado de etnologia geral.” (LÉVI-STRAUSS, 1972. p.10).

Acerca de suas escolhas metodológicas, Rousseau justifica:

"Começemos, pois, por descartar todos os fatos, pois eles não se prendem à questão. Não se devem tomar as pesquisas que se podem realizar sobre esse assunto por verdades históricas, mas somente por raciocínios hipotéticos e condicionais, mais apropriados para esclarecer a natureza das coisas do que para lhes mostrar a verdadeira origem, e semelhantes aos que fazem, todos os dias os nossos físicos sobre a formação do mundo." (ROUSSEAU, 1993. p. 145).

É através dessa história hipotética, porém, segundo Rousseau, mais apropriada, que ele remontará o passado em busca da origem da desigualdade entre os homens. Tal história é concebida como uma história da queda, "uma trajetória linear que tem como ponto de partida a rusticidade e a simplicidade e como ponto de chegada a civilização, que correspondem respectivamente a um estado de virtude e perfeição nos inícios e uma condição de corrupção ao final do trajeto". (SOUZA, 2006. p. 250).

O principal objetivo do *Segundo Discurso* não é tratar de um "dever-ser" de toda ação política pós-transição do estado natural para a sociedade politicamente organizada, ao

contrário, no Segundo Discurso Rousseau narra o que julga ser os primórdios da humanidade. É então, no *Contrato Social*, publicado em 1762, onde Rousseau apresenta uma visão menos negativa com relação às "novas luzes" da civilização. É nele onde não se trata mais de reconstruir hipoteticamente a história da humanidade, mas de apresentar o dever-ser de toda ação política. O que se pretende estabelecer no *Contrato* são as condições de possibilidade de um pacto legítimo, através do qual os homens depois de terem perdido sua liberdade natural, ganhem, em troca, a liberdade civil, pois "no processo de legitimação do pacto social, o fundamental é a condição de igualdade das partes contratantes" (NASCIMENTO, 1991. p 196), Rousseau pretende detectar quais as possibilidades de um contrato justo, contrato que seja capaz de garantir aos homens uma associação política capaz de legitimamente garantir a passagem da liberdade no estado de natureza à liberdade, agora mediada pelo direito, no estado social.

"Por princípio, numa sociedade justa, todos os direitos individuais são alienáveis, aliás, já foram alienados no momento da constituição do Estado. Reivindicar direitos inalienáveis - se isso for entendido como uma reivindicação de direitos naturais, dentro do estado - está completamente afastado dos princípios de Rousseau." (NASCIMENTO, 1998. p. 9).

Se no *Segundo Discurso* Rousseau estabelece uma recuperação hipotética acerca do plano factual, no *Contrato* ele discorre sobre o plano do direito positivo, num exercício de lidar com o que possivelmente restou de valoroso na história sempre decadente do homem. Mas, voltemos nossa atenção ao *Discurso*. Recuperando tal obra, em que consiste a decadência moral dos homens? Qual é precisamente o percurso traçado pelo homem e como foi dada, aos olhos de Rousseau, sua saída do estado primitivo para a sociedade civil. Cabe aqui entender quais os acontecimentos, mecanismos e fatores que levaram o homem a abandonar sua "solidão na abundância" para rumar em direção à sociedade onde, segundo o autor, só tem a perder.

Não é preciso envidar grande esforço para constatar que a obra de Rousseau e, mais especificamente para nós, o *Segundo Discurso*, é marcada pelo uso de esquemas dicotômicos que permeiam toda sua antropologia, uma "marcha da contradição" que nos permite compreender a dinâmica conflitante entre natureza e sociedade. Essa é a oposição primordial que irá originar todos os outros tipos, como a existente entre ser e parecer, direito natural e positivo, escravidão e liberdade, dentre outros pares opostos que se configuram no decorrer da história do homem.

Para que se compreenda essa história, é preciso ter como ponto de partida o próprio homem, considerando a justificativa de Rousseau de que este deve ser o objeto de investigação inicial, pois é preciso investigar profundamente a sua essência para "ir além do existente daquilo que está historicamente dado, e ir em busca de um estado inexistente" (FORTES, 2007. p. 23). Deve-se considerar também que o homem é o agente principal de sua própria história e é a partir dele que ela é construída, e é de sua natureza que Rousseau começa a sua história hipotética.

3. O HOMEM EM SEU ESTADO NATURAL: SEUS ATRIBUTOS FÍSICOS E PSICOLÓGICOS

A concepção rousseauniana do homem considera que há nele uma parte inata e outra adquirida, que surge em consonância com sua evolução. É para diferenciar uma parte da outra que Rousseau, na primeira parte do *Segundo Discurso*, imagina um homem tripartido, isto é, concebe a noção de que o homem é constituído de três aspectos: o “homem físico”, entendido a partir do seu corpo e de suas condições puramente materiais; “o psicológico”, que corresponde à parte metafísica do homem (no sentido etimológico de para além do físico) e o “moral”, referente ao que leva o homem a agir, isto é, as razões pelas quais ele tende a se comportar de determinada forma.

Do ponto de vista físico, o homem primitivo é menos forte que uns animais, menos ágil que outros, porém mais organizado no que diz respeito a vantagens em satisfazer suas necessidades. Dorme ao pé da mesma árvore que lhe oferece alimento e mata sua sede em riachos. A floresta abriga todos os animais, mas o homem apropria-se de técnicas variadas de sobrevivência, tendo uma variedade maior de alimentos à disposição e subsistindo mais facilmente.

“Os homens, dispersos entre eles, observam, imitam-lhes o engenho e elevam-se assim ao instinto dos animais, com a vantagem de que, enquanto cada espécie tem apenas seu próprio instinto, o homem, não tendo talvez nenhum que lhe pertença, apropria-se de todos, alimenta-se igualmente com a maioria dos diversos alimentos que os outros animais dividem entre si e, por conseguinte, encontra sua sobrevivência com mais facilidade do que pode conseguir qualquer um deles”. (ROUSSEAU, 1993. p. 148).

Quanto ao temperamento deste homem natural, Rousseau descreve como robusto, dependendo apenas do seu próprio corpo nu para defender a si e aos filhos dos outros animais. Aqui veremos Rousseau fazer uma já uma distinção que opõe dois modos de vida, não considerando apenas maneiras de viver diferentes, mas a própria configuração de períodos históricos e a constituição do que é ser civilizado e do que é pertencer a esse estado natural que estamos descrevendo. Aqui o contraste se dá entre os filhos tidos no contexto do estado primitivo e os que nascem dentro de um contexto civilizado. Para Rousseau, os filhos no estado de natureza seguem a mesma constituição dos pais, adquirindo força nas mesmas atividades e se apropriando de todo vigor que é possível ao homem. Já no estado de sociedade, os filhos são

onerosos, um fardo para os pais que estão também imersos na ociosidade e no conforto que não lhes beneficia.

Ainda pensando a respeito da trajetória de decadência que os homens cumpriram ao ganhar novas luzes e saírem de seu estado de natureza, Rousseau lembra bem dos malefícios que a indústria e as artes em geral trouxeram aos seres humanos, enfraquecendo, a cada novo desenvolvimento, seus corpos. Se, por um lado, os homens naturalmente gozam de força física e saúde em seus corpos, na medida em que se afastam desta primeira constituição, enfraquecem seus corpos e seus espíritos. A indústria tem uma participação importante nisso, ao passo que ela substitui o corpo nas atividades em que ele era o único instrumento. Diz Rousseau:

"Se tivesse um machado, seu punho romperia galhos tão resistentes? Se tivesse uma funda, lançaria com a mão, com tanto vigor, uma pedra? Se possuísse uma escada, subiria uma árvore tão ligeiramente? Se tivesse um cavalo, seria tão veloz na corrida? Dai ao homem civilizado o tempo de reunir todas as máquinas à sua volta; não se poderá duvidar que, com isso, sobrepare, com facilidade, o homem selvagem. Se quiseres, porém, ver um combate mais desigual ainda, deixai-os nus e desarmados uns defronte dos outros, e logo reconhecereis qual a vantagem de sempre ter todas as forças à sua disposição (...)" (ROUSSEAU, 1993. p. 149).

O homem, reflete Rousseau, aprendeu a não ter medo dos animais desde cedo. O autor, fazendo comparações entre eles e as bestas, pensa acerca das possibilidades iminentes do confronto, mas facilmente descarta os outros animais como causas de grandes males à humanidade. Os homens, por viverem dispersos, têm suficientemente chances de esconder-se, fugir ou mesmo enfrentar conjuntamente tais animais. Para o autor, os inimigos naturais dos homens eram as doenças, comuns a todos os animais, mas ainda assim absolutamente naturais dentro de um contexto de vida afastada da civilização. Ao contrário, é justamente na medida em que os homens afastam-se do estado de natureza, adquirindo luxos perniciosos para o corpo e para a alma, que novas e mais complexas doenças nascerão – doenças específicas pertencentes apenas ao homem social. Elas são oriundas de um ócio excessivo ou de um trabalho excessivo, assim como uma alimentação ruim e todo um estilo de vida que favorece o surgimento de doenças relativamente novas próprias do abandono de antigas atividades e costumes naturais e prescritos pela natureza e sua substituição por outros não naturais que competem pela diminuição drástica de sua qualidade de vida. Sendo assim, o homem primitivo não era inferior ao homem social porque não dispunha de uma medicina avançada ou indústria

farmacêutica, mas, de certa forma, era superior por não precisar deles, isso era um sinal de boa saúde e de uma vida que seguia os ditames da natureza.

Assim como os animais, quando domesticado, o homem coloca a perder sua força e coragem, tornando-se servo, medroso, fraco e submisso. As comodidades que se aplicam ao homem e não aos animais no estado doméstico, fazem com que a diferença de homem para homem seja maior do que de animal para animal em cada estado. Nem a nudez, nem a falta de moradia e a escassez de inutilidades da vida social pelas quais prezamos tanto significam grande mal ao homem primitivo, nem tampouco algum tipo de impedimento à sua conservação, que é sua única preocupação e o motivo de seu pensamento.

“Evitemos, portanto, confundir o homem selvagem com os homens que temos diante dos nossos olhos (...). O cavalo, o gato, o touro e até o asno têm em sua maioria uma estatura mais alta, todos uma constituição mais robusta, mais vigor, força e coragem quando nas florestas do que em nossas casas; perdem a metade dessas vantagens ao se tornarem domésticos, e dir-se-ia que todos os nossos cuidados para tratar bem e alimentar esses animais só resultam em abastardar-los. Dá-se o mesmo com o próprio homem: ao tornar-se sociável e escravo, torna-se fraco, temeroso, rastejante, e sua maneira de viver, indolente e efeminada, acaba por debilitar-lhe ao mesmo tempo a força e a coragem”. (ROUSSEAU, 1993. p. 153).

Analisado devidamente o homem sobre seu aspecto meramente físico, Rousseau buscará desvendar a "alma" do homem natural, o que existe nele para além do seu corpo e de suas condições materiais. Existe em todos os animais um instinto responsável por norteá-lo, um princípio ou lei natural que orienta e controla a máquina que cada animal é, e de mesmo modo acontece com o homem. No entanto, existe uma característica neste último que o torna diferente do restante dos animais. A essa propriedade constituinte de sua alma se dá o nome de *liberdade*. O homem, assim como o animal, está fortemente influenciado em suas escolhas pela natureza, mas somente ele é livre para acatar ou não suas orientações. Rousseau utiliza o exemplo do gato e do pombo os comparando à máquina engenhosa que é o homem, embora não perca a oportunidade de já dar o tom de sua perspectiva, apontando para o mal que o homem escolhe em detrimento da natureza:

“Um escolhe ou rejeita por instinto e o outro, por um ato de liberdade; é por isso que o animal não pode afastar-se da regra que lhe é prescrita, mesmo quando lhe for vantajoso fazê-lo e o homem afasta-se dela amiúde para seu prejuízo. Assim é que uma pomba morreria de fome perto de uma bacia cheia das melhores carnes e um gato sobre pilhas

de frutas ou de grãos, conquanto ambos pudessem muito bem nutrir-se com alimentos que desdenham se tivessem a ideia de prová-los. Assim é que os homens dissolutos se entregam e excessos que lhes causam a febre e a morte, porque o espírito deprava os sentidos e a vontade ainda fala quando a natureza se cala”. (ROUSSEAU, 1993. p. 155).

Ao mesmo tempo em que o homem pode muito bem valer-se das proteínas e das fibras ao mesmo tempo, escolhendo bem o que irá satisfazer sua fome, acaba também por optar por excessos que lhes trazem enfermidades e morte, quando o espírito degenera os sentidos e a vontade sobrepuja a natureza. Nesse sentido, podemos dizer que, ao mesmo tempo, a liberdade, propriedade essencial da alma humana e que distingue o homem dos outros animais, é também fonte de vícios e males que só são possíveis graças à sua capacidade de escolha.

Outro atributo da alma humana é a sua capacidade de aperfeiçoamento, chamada de *perfectibilidade*. Atribuir tal marca à alma humana significa dizer que, diferente dos animais, o homem tem o poder de se modificar ao longo do tempo. Para Rousseau, quando observamos um animal e toda sua espécie ao longo de mil anos, não seremos capazes de notar nenhuma evolução ou mudança, o que não ocorre com o homem, que “evolui” na medida em que renega sua natureza e seus instintos primitivos. Diz o autor:

"Por que somente o homem é sujeito a tornar-se imbecil? Não será porque volta assim ao seu estado primitivo e - enquanto o bicho, que nada adquiriu e tampouco tem nada a perder, continua com seu instinto - o homem, tornando a perder pela velhice ou por outros acidentes tudo o que a sua perfectibilidade o fizera adquirir, recai assim mais baixo do que o próprio bicho? Seria triste para nós sermos forçados a convir que essa faculdade distintiva, e quase ilimitada, é a fonte de todas as infelicidades do homem". (ROUSSEAU, 1993. p. 156).

A perfectibilidade é uma consequência imediata da possibilidade de escolher. Sem a liberdade, o homem estaria entregue para sempre à tutela da natureza, ou seja, liberdade e perfectibilidade são relacionadas entre si, no sentido de que é a livre agência que nos leva a mudar e a nos desviar. A perfectibilidade a capacidade de aperfeiçoar a si mesmo, se a liberdade diz respeito à ação presente, a perfectibilidade confere à nossa capacidade de aprender, de aperfeiçoar e “evoluir”, “(...)ao passo que um animal é, ao cabo de alguns meses, o que será por toda a sua vida, e sua espécie, ao cabo de mil anos, o que era no primeiro ano desses mil anos” (ROUSSEAU, 1993. p. 156). No entanto, apesar da beleza que há nos nomes e no aparente significado positivo dessas palavras, Rousseau não enxerga muitas vantagens ligadas

a estas qualidades. Em vez disso, em toda oportunidade salienta a ambiguidade contida nessa alma: é justamente o que nos difere dos animais e deveria ser o motivo de nosso orgulho que é a fonte primordial de todos os nossos males enquanto indivíduo e também espécie.

Até aqui foi observado o homem do seu ponto de vista físico (seu corpo e condições materiais) e sua parte metafísica que diz respeito à sua alma que o distingue. Agora e por último, será analisado o homem do seu ponto de vista psíquico, isto é, as razões pelas quais o homem desenvolve suas ações, os ventos que o impulsionam a fazer algo, enfim, quais e quantas são as suas paixões. Rousseau nomeia duas: *amor de si* e *compaixão*. O amor de si é um instinto de autoconservação responsável por deter o homem dentro de um conjunto de ações tomadas para combater fatores de risco à sua vida. Mas este amor de si jamais pode ser confundido com amor próprio, visto que o último seria um amor de si em seu estado de perversão, e é um sentimento presente apenas no coração do homem social.

Existe ainda outra particularidade na mente do homem primitivo que é a *compaixão (pitié)*, e é esta paixão primitiva que fará surgir todas as outras virtudes sociais. Ela age nesse estágio inicial da evolução humana como uma substituta da moral, pois nesse estágio de sua existência o homem é amoral, isto é, não possui senso algum de bondade ou maldade, ignora tanto vícios quanto virtudes, sendo assim, não é possível afirmar para que lado o homem tende ao nascer. Ainda não é algo que faz os homens associarem-se ativamente, eles permanecem vivendo de maneira solitária. Essa paixão consiste em não tolerar o sofrimento do semelhante, assim como o amor de si busca afastar o próprio sofrimento. Respectivamente, amor de si e *compaixão* correspondem à autoconservação e à conservação da espécie.

Há ainda o instinto sexual, considerado junto com os dois supracitados, que Rousseau não desenvolve exaustivamente, mas o descreve como meramente físico, sem nenhuma capacidade de unir duas pessoas do sexo oposto além do momento em que estão satisfazendo essa necessidade. Esse sentimento se refina apenas com o desenvolvimento dos vínculos sociais, trazendo consigo a ideia de exclusividade, preferências e uma união duradoura. No estado social, o sexo é uma necessidade humana puramente fisiológica.

Até este ponto, Rousseau descreveu minuciosamente o que ele acredita ser a totalidade do homem em seu estado primitivo, e com isso ela já respondeu uma questão, mais especialmente a que diz respeito à desigualdade ser ou não natural. Ora, o homem primitivo possui, sim, diferenças naturais como força, habilidade, idade, dentre outras, mas como os contatos entre si são raros e fugazes, não há sociedade e, conseqüentemente, não há

desigualdade, isto porque não há nenhuma relação de dependência de um homem em relação a outro. Vale ressaltar que o filósofo não separa uma coisa da outra, isto é, ele cria uma relação de dependência entre desigualdade e o desenvolvimento do estado primitivo onde impera a inércia e a solidão. A desigualdade, portanto, não é natural, é preciso que a sociedade seja estabelecida para que ela surja em consequência, e é a partir disso que a segunda parte do Segundo Discurso é desenvolvida. Se a desigualdade não é natural, qual é a sua origem? Esta é a questão que discutiremos nos capítulos 5 e 6.

4. O DESENVOLVIMENTO DA LINGUAGEM E A VIDA EM SOCIEDADE NO SEGUNDO DISCURSO

Antes de adentrar à segunda parte do *Discurso sobre a Desigualdade*, Rousseau se detém ainda sob a questão do surgimento da linguagem e sua impossibilidade no mundo estritamente natural. Seu intuito é demonstrar a não naturalidade da linguagem, pois esta supõe a existência da sociedade e esta, por sua vez, é uma fuga da natureza, assim como o desenvolvimento intelectual que não pertence ao homem primitivo, mas é imposto a ele por alguns filósofos e que não se justifica. Inicialmente, antes de prosseguir com suas próprias resoluções, Rousseau cita Étienne de Condillac (1715 - 1780), seu amigo, chefe da escola sensualista, que elaborou uma teoria sobre a origem das línguas. Sua primeira abordagem do assunto no *Discurso* é uma apologia às reflexões de Condillac em consonância com suas próprias dissertações.

Acerca das dificuldades para o surgimento da linguagem, Rousseau diz:

“A primeira que se apresenta é imaginar como elas puderam tornar-se necessárias, pois, não tendo os homens nenhuma correspondência entre si, nem necessidade alguma de tê-la, não se concebe a necessidade e nem a possibilidade dessa invenção”.
(ROUSSEAU, 1993. p. 161).

Nesse primeiro ponto, Rousseau aponta para a primeira condição básica necessária para o surgimento e desenvolvimento de alguma forma linguística de comunicação: a correspondência. Ora, dispostos livremente pela natureza e sem nenhuma noção de civilidade ou inclinações para a vida em comunidade, o homem não precisa comunicar ou expressar nada que não seja alguns urros para outros animais no intuito de afugentá-los e garantir sua integridade.

Embora essa primeira dificuldade fosse superada e determinássemos a necessidade da linguagem. Uma maior dificuldade ainda maior que a primeira surgiria, pois:

se os homens precisaram da palavra para aprender a pensar, precisaram muito mais ainda saber pensar para descobrir a arte da palavra: e, mesmo que se compreendesse como os sons da voz foram tomados por intérpretes convencionais de nossas ideias, ainda assim restaria saber quais puderam ser os próprios intérpretes dessa convenção para as ideias que, não tendo um objeto sensível, não podiam ser indicadas nem pelo gesto, nem pela voz”. (ROUSSEAU, 1993. p. 162).

A primeira forma de comunicação ou expressão humana foi o grito, algo puramente instintual, que precede a persuasão dos homens reunidos, servia para pedir socorro ou exprimir lamento nos momentos raros em que seus sentimentos fugiam de sua moderação. Uma forma de comunicação mais estreita, necessitando de maiores inflexões de voz só foi possível graças à aproximação entre os homens. Então:

Cada objeto recebeu de início um nome particular, sem levar em consideração gêneros e espécies, que esses primeiros instituidores não estavam em condições de distinguir: e todos os indivíduos se apresentaram isolados ao seu espírito, como estão no quadro da Natureza. (ROUSSEAU, 1993. p. 164).

Nessa parte, implica dizer que se um determinado objeto se chamava A, o outro se chamava B, o dicionário era numeroso ou menos numeroso de acordo com a quantidade de conhecimento: quanto menos se conhecia, mais palavras eram necessárias, tudo era nome próprio e as categorias não existiam, estas só passaram a existir mediante a multiplicação das informações acerca de cada característica.

As ideias gerais são puro fruto de nosso intelecto, e conforme nossa imaginação a transpassa, por pouco que seja, a ideia se torna particular. Antes das palavras, essas ideias não adentravam ao espírito, e antes das proposições elas não eram detectáveis pelo nosso entendimento. Significa dizer que qualquer ideia geral é um produto da linguagem.

Tentai traçar a imagem de uma árvore em geral e jamais conseguireis; mesmo sem querer, tereis de vê-la pequena ou grande, rala ou frondosa, clara ou escura e, se dependesse de vós só ver nela o que se encontra em todas as árvores, essa imagem já não se pareceria com uma árvore (...). Logo, é mister enunciar proposições, é mister falar para ter ideias gerais, pois, assim que a imaginação se detém, o espírito só se desenvolve com o auxílio do discurso. (ROUSSEAU, 1993. p. 165).

Ora, as possibilidades de solução para o problema do surgimento da linguagem são de uma precariedade e dificuldade muito grandes. Rousseau compreende que se deter sobre todos os pormenores que envolvem esse assunto tão complexo exige um esforço maior do que ele pretende dispor acerca disso. Diz ele:

"Se pensarmos quantas ideias devemos ao uso da palavra, como a gramáticas exercita e facilita as operações do espírito; e se pensarmos nos esforços inconcebíveis e no tempo infinito que deve ter custado a primeira invenção das línguas; se juntarmos essas reflexões às anteriores, avaliaremos quantos milhares de séculos foram necessários para desenvolver sucessivamente no espírito humano as operações de que era capaz". (ROUSSEAU, 1993. p. 160).

Cabe aqui meramente observar que o intuito de Rousseau é defender que, apesar de a serem muitos os problemas que envolvem a história do nascimento da linguagem, é certo acreditar que ela está diretamente ligada às condições de sociabilidade carentes da participação da natureza, contrariando as palavras de filósofos de sua época que afirmavam que a sociabilidade é um atributo natural do indivíduo. No estado de natureza, o homem não sente necessidade alguma de outro homem, não havendo entre eles nenhuma obrigação ou relação moral ou de utilidade.

Entender cada pormenor do que teria levado o homem a evoluir com sua perfectibilidade e desenvolver suas virtudes sociais não é um trabalho ao qual Rousseau se presta nesse texto, mas elas constituem uma série de acasos os quais o filósofo elencará as principais transformações que levaram o homem ao atual estado. Talvez aqui resida boa parte da razão pela qual atribuem a Rousseau a afirmação de que o homem é bom, mas a sociedade o corrompe; é somente se pensarmos em seu estado natural e como espécie que somos capazes de entender o que essas palavras significam. O mais correto seria dizer que o homem natural é bom, mas o advento da sociedade torna-o mau, como ele mesmo dirá no final da primeira parte do *Segundo Discurso*, embora esse "mal" não seja necessariamente moral, mas corrompido e/ou danificado:

“Depois de ter mostrado que a perfectibilidade, as virtudes sociais e outras faculdades que o homem natural recebera potencialmente jamais poderão desenvolver-se por si próprias, pois para isso necessitam do concurso fortuito de inúmeras causas estranhas, que nunca poderiam surgir e sem as quais ele terá permanecido eternamente em sua condição primitiva, resta-me considerar e aproximar os vários acasos que puderam aperfeiçoar a razão humana, deteriorando a espécie, tornar mau um ser ao transformá-

lo em ser social e, partindo de tão longe, trazer enfim o homem e o mundo ao ponto em que o conhecemos”. (ROUSSEAU, 1993. p. 179).

As grandes revoluções destacadas por Rousseau que compeliram o homem a escolher abandonar sua natureza primitiva estão divididas em dois grupos: o estado de natureza e o estado de civilização, cada um contendo três estágios da história humana, dentre os quais o mais importante e decisivo foi a criação da propriedade, que se interpõe como um divisor de águas entre a um estado e outro.

O primeiro estágio antes do surgimento da propriedade é o já conhecido estado de natureza antes de qualquer progresso, em que o homem vivia de maneira puramente animal, limitado a sensações puras “e com muita dificuldade aproveitando-se dos dons que lhes oferecia a natureza”, tendo como preocupações unicamente suas satisfações sexuais e necessidades fisiológicas como comida, água e sono. O período que se segue é denominado “estado de natureza histórico”, caracterizado não pela mesma inércia do estado de natureza primário, mas pela condição que empurrou o homem de maneira gradativa para a sociedade.

Que circunstâncias teriam então incitado os homens a se relacionarem entre si num primeiro momento? Há de se começar pelas causas naturais, como, por exemplo, os animais. O homem se empenha em exercitar o corpo buscando descobrir armas naturais que lhes sejam úteis nas disputas com outras criaturas e com outros da mesma espécie para garantir a sobrevivência. Juntam-se a esses primeiros progressos o reforço trazido pela rápida multiplicação dos seres humanos que se espalhavam pela vastidão do planeta. A pesca, a caça, as vestimentas e o fogo surgem como um esforço de adaptação às diferentes estações e em regiões e condições diferentes. Este é o segundo momento da história humana para Rousseau.

Com isso, nasce um certo senso de orgulho suscitado pelo reconhecimento dessas invenções. O homem passa a ter uma pequena e confusa percepção de superioridade sobre outros animais e de semelhança com os de sua espécie, descobrindo posteriormente que partilha de um sentimento em comum com os seus semelhantes: o de bem-estar, que será o primeiro estímulo para este primeiro contato. Diferentemente do animal primitivo estático e limitado a algumas sensações puramente naturais, o homem desse estágio já é capaz de conceber relações entre as coisas e de refletir.

Instruído pela experiência de que o amor do bem-estar é o único móvel das ações humanas, ele se encontrou em estado de distinguir entre as ocasiões raras em que o interesse comum devia fazê-lo contar com a assistência de seus semelhantes e aquelas

mais raras ainda, em que a concorrência deveria fazer com que desconfiasse deles. No primeiro caso, unia-se a eles em bandos ou, quando muito, em qualquer tipo de associação livre, que não obrigava ninguém e só durava tanto quanto a necessidade passageira que a reunira. (ROUSSEAU, 1993. p. 184).

Tais primeiros progressos deram margem para que os homens obtivessem novas transformações. Dentre elas, a construção de cabanas foi o mais importante, pois foi a partir desse momento que novas e significativas mudanças vieram em consequência, sobretudo alterações sociais. São elas: a constituição da família, que se insurge como a primeira forma de sociedade; a constituição de uma primeira forma de propriedade, já que, ao invés de desalojar outras famílias de suas choças, os desabrigados perceberam que era mais fácil construir as suas próprias. A construção dessas pequenas casas e os ajuntamentos familiares também ocasionou um desenvolvimento psicológico do homem, com o aparecimento do amor conjugal e o amor entre pai e filho, assim como a diferenciação econômica dos sexos.

Com isso, os homens passaram a utilizar parte do seu tempo para procurar comodidades até então ignoradas por seus antepassados. A linguagem se aperfeiçoou, foram formadas as primeiras nações, nasceram as relações de vizinhança, trazendo consigo o amor sentimental, a noção de beleza outrora ignorada ou não refletida e, também, o ciúme. Por outro lado, as relações comunitárias, vínculos duradouros entre famílias que habitavam o mesmo território, os cantos e a dança. A esse terceiro período da história se dará o nome de “juventude do mundo”, um meio caminho entre a inocência do estado de natureza histórico e a perversão do estado atual.

A terceira etapa será caracterizada como a da sociedade começada. Levadas por circunstâncias fortuitas e vivendo numa permanente vizinhança, as famílias acabam por se reunir e formar bandos mais permanentes e, afinal, uma nação particular, unida por costumes e não por regulamentos e leis. Esse momento de juventude do mundo, que corresponde mais ou menos ao grau em que chegou à maioria dos povos selvagens que nos é conhecida, constitui a época mais feliz e melhor para o homem, já que se situa em um justo meio entre a indolência do estado primitivo e a petulante atividade de nosso amor-próprio. (FORTES, 1993. p. 34).

Embora considerada como juventude do mundo, essa sociedade começada já carrega consigo as sementes dos males que futuramente irão compor a futura sociedade desigual em sua configuração plena. A estima e a consideração pública surgem ocasionando as primeiras desigualdades e os primeiros deveres de civilidades, grandes fontes de brigas,

desentendimentos e vinganças. Já é possível perceber a crueldade do homem no modo como, para garantir a permanência da moral nascente, recorre-se à necessidade de policiar os costumes e castigar os contraventores.

5. A PROPRIEDADE PRIVADA E A CRISTALIZAÇÃO DA DESIGUALDADE

“O primeiro que, tendo cercado um terreno, atreveu-se a dizer: *Isto é meu*, tendo encontrado pessoas simples o suficiente para acreditar nele, foi o fundador da sociedade civil”. (ROUSSEAU, 1993. p. 181).

A transição para o estado civil com a formação das leis é caracterizada por um estado de constante conflito, resultado da criação da propriedade privada dos meios de produção e do que eles produziam, que produziu entre ricos e pobres uma condição de vida insustentável de guerra permanente. A solução encontrada não nasceu, obviamente, dos pobres, mas da sagacidade dos mais ricos em perceberem que a força já não seria suficiente, visto que estavam em menor número e não havia qualquer garantia de vitória caso uma guerra entre classes fosse iniciada. Então, para garantir a continuidade de suas riquezas e a fim de *legitimar* suas posses:

“Unamo-nos”, disse-lhes, “para resguardar os fracos da opressão, conter os ambiciosos e assegurar a cada qual a posse do que lhe pertence. Instituíamos regulamentos de justiça e de paz aos quais todos sejam obrigados a adequar-se, que não abram exceção a ninguém e reparem de certo modo os caprichos da fortuna, submetendo igualmente o poderoso e o fraco a deveres mútuos. Em suma, em vez de voltarmos nossas forças contra nós mesmos, reunamo-las em um poder supremo que nos governe segundo leis sábias, que proteja e defenda todos os membros da associação, rechace os inimigos comuns e nos mantenha numa concórdia”. (ROUSSEAU, 1993. p. 196).

O discurso de união, paz e igualdade iludiu facilmente aqueles mais simples, que por terem entre si já acumulado muitas desavenças, favoreceram a melhor e mais clara oportunidade para o aparecimento dos árbitros. Os ricos também souberam aproveitar da ambição e da avareza já elementos fixados no novo psicológico do homem para convencê-los (os pobres) da necessidade da obediência e da diligência como degraus para alcançar a fortuna. Maria das Graças Souza descreve esses tipos de ação política em Rousseau como “ocasião propícia”, uma reflexão perspicaz do cenário que se ergue antes da tomada de uma decisão:

“Para o estrategista, trata-se de avaliar as relações de força no momento para atacar ou recuar. Para o legislador, trata-se de captar a configuração de valores e circunstâncias nas quais se encontra o povo no momento preciso da instituição das leis.” (SOUZA, 2006. p. 251).

É a astúcia do rico e facilidade de se deixar seduzir do pobre que conduz os homens a uma associação que, com respaldo dos menos favorecidos, irá assegurar o domínio dos já poderosos que aumentarão ainda mais o seu poder e acabará de uma vez por todas com a igualdade e a liberdade natural, substituída por uma falsa sensação de segurança.

Assim, se já entre os homens – particulares constituintes do corpo político – a relação já era conflituosa, ficou ainda mais nociva ao passo em que as sociedades civis foram cobrindo a terra, pois o mesmo convívio corrompido que existiu na formação dos estados agora predomina na relação entre um estado e outro, gerando, além da perda gradativa da liberdade, como nos diz Rousseau:

“as guerras nacionais, as batalhas, os assassinatos, as represálias que fazem estremecer a natureza e chocam a razão, e todos esses horríveis preconceitos que consideram uma virtude a honra de derramar o sangue humano. As pessoas mais honestas aprenderam a incluir entre seus deveres o de degolar seus semelhantes...” (ROUSSEAU, 1993. p. 198).

Existem três estágios que, ao serem devidamente atingidos e consolidados, constituem o produto final dessas diferentes revoluções. O primeiro se dá com o estabelecimento da lei e do direito da propriedade privada. Para que a lei e o direito sejam uma garantia, é necessário que se institua um governo e esse é o segundo estágio da gênese da desigualdade e, por fim, o terceiro estágio é a substituição de poder legítimo por poder arbitrário.

As primeiras regras de justiça derivam da propriedade que é o primeiro passo para a desigualdade. Por sua vez, a propriedade advém da cultura das terras e sua partilha. A moral degenerada pela propriedade privada faz com que o homem precise de regras externas ao que Rousseau irá chamar de Direito Natural.

“para dar cada qual o seu, cumpre que cada qual possa ter alguma coisa; ademais, começando os homens a dirigirem suas vistas ao futuro e percebendo todos que tinham bens passíveis de perda, não havia um que não tivesse de temer para si a represália dos danos que poderia causar a outrem (...). É o trabalho apenas que, dando ao lavrador o direito sobre o produto da terra que lavrou, dá-lhe, conseqüentemente, o direito sobre

o solo, pelo menos até a colheita, e assim, de ano em ano, o que vinha a ser uma posse contínua se transforma facilmente em propriedade”. (ROUSSEAU, 1993. p 192).

Anteriormente no estado natural, o que norteava as ações do homem era a sua necessidade de conservar a si próprio e aos outros, o que Rousseau chama de autoconservação e compaixão. São estas duas direções primitivas que fazem o papel da moral e das leis antes do surgimento destas na sociedade civil, são elas que impedem que a espécie cause o mal a si mesma.

“(…) meditando sobre as primeiras e mais simples operações da alma humana, creio nela perceber dois princípios anteriores à razão, dos quais um nos interessa ardentemente ao nosso bem-estar e à conservação de nós mesmos e o outro nos inspira uma repugnância natural a ver perecer ou sofrer qualquer ser sensível, principalmente os nossos semelhantes. É do concurso e da combinação que nosso espírito é capaz de fazer desses dois princípios, sem que seja necessário incluir-lhes o da sociabilidade, que me parecem decorrer todas as regras do direito natural; regras que a razão depois vê-se forçada a restabelecer sobre outros fundamentos, quando, por seus desenvolvimentos sucessivos, conseguiu sufocar a natureza”. (ROUSSEAU, 1993. p 138).

Antes que um governo fosse instituído para definir as regras de justiça na sociedade civil, os mais ricos já notavam a insegurança gerada por um direito precário baseado em noções pouco sólidas que poderiam ruir seu domínio. Se a força gerou a posse, a mesma força poderia desapossar os abastados de sua riqueza. É nesse cenário que surge o pacto que origina a sociedade civil que posteriormente desembocará em nepotismo.

Até aqui, foi demonstrada a forma com a qual Rousseau (re)constrói hipoteticamente a história humana apontando a relação paralela entre o surgimento e progresso das desigualdades e as relações sociais. A sociedade civil como posta só existe graças à desigualdade, e a desigualdade foi legitimada pela sociedade civil, apesar da distância temporal entre o mundo conhecido por Rousseau e a nossa época, os pilares parecem ser os mesmos: rico sobre pobre, o poderoso sobre o fraco e o senhor sobre o escravo, considerando sobre este último que em nosso cenário existem formas de escravidão camufladas com as quais nos acostumamos. Essa é a história da queda, em que o homem usa de sua qualidade distintiva - a liberdade - para escolher se submeter ingenuamente ao jugo dos outros e abrir mão de seu poder de escolha que agora estará sempre condicionado às novas leis da sociedade civil.

6. LIBERDADE E DESIGUALDADE

A princípio, não é fácil entender a motivação e a dinâmica impressa na forma com que o homem abandona sua liberdade. Como pode escolher ser não livre? Isso é possível? É necessário buscar antes entender se há nesse processo escolhas realmente conscientes ou se o progresso da desigualdade e, conseqüentemente, da escravidão são um jogo de "sim ou não" em que o homem não apenas usufrui de sua liberdade natural, mas carece por outro lado de virtudes necessárias para a conservação dessa condição. É necessário retornar à história hipotética de Rousseau para revisar pontos importantes nessa derrocada gradativa para que se possa entender como e por que o homem se permite ir da liberdade a servidão.

Enquanto a humanidade conservou o que lhe pertencia no estado primitivo, pôde desfrutar dos privilégios da liberdade. Isso leva a compreender que Rousseau liga diretamente a liberdade e a natureza, pois é ainda descrevendo o homem natural e autônomo no início do *Segundo Discurso* que ele menciona a liberdade e a perfectibilidade, ambas definidas como a distinção primordial entre homem e animal, sua primeira essência. O homem possui o poder de se aprimorar e ir além de seus instintos naturais. Por outro lado, o animal se restringe a uma configuração natural que o norteará de geração a geração, seguindo repetidamente um script inalterável, enquanto o homem movimenta-se para fora em sua condição de agente livre, em seu próprio prejuízo.

A antropologia de Rousseau nos oferece uma perspectiva que, a princípio, pode parecer edificada sobre um paradoxo, o que nos faz levantar questões como as supracitadas. Existe uma clara relação de causa e efeito entre liberdade e escravidão que, se não forem examinados os pormenores da gênese humana proposta por Jean-Jacques, pode levar ao erro que ele tanto condena em Hobbes e em outros pensadores: a falsa atribuição de características pertencentes unicamente à sociedade civil ao homem natural.

"Seria triste, para nós, vermo-nos forçados a convir que seja essa faculdade, distintiva e quase ilimitada, a fonte de todos os males do homem; que seja ela que, com o tempo, o tira dessa condição original na qual passaria dias tranquilos e inocentes: que seja ela que, fazendo com que através dos séculos desabrochem suas luzes e erros, seus vícios e virtudes, o torna com o tempo o tirano de si mesmo e da natureza." (ROUSSEAU, 1993. p. 156).

É verdade que a liberdade natural e a perfectibilidade afastam o homem de sua natureza e da própria liberdade e igualdade e o conduzem à servidão ao longo dos séculos, entretanto, essa transição não é uma escolha puramente consciente e imediata. A intermediação entre um estado e outro é protagonizada pelo surgimento da propriedade privada que, num primeiro momento, embora concebida com certa naturalidade, vai acumulando conflitos e roga para o surgimento das leis que constituem a sociedade civil. Em determinado momento vai, por meio de subterfúgios e da mentira, submetendo o verdadeiramente forte ao fraco – isto é, submetendo o pobre ao rico. Em outras palavras, trata-se da história recontada sob a ótica da corrupção moral dos homens

O homem em seu estado de natureza goza de sua liberdade natural por não estar envolvido em uma relação de dependência com seus semelhantes, ele desfruta da natureza e vive em comunhão com ela e em equilíbrio com os outros animais, mas à maneira que a propriedade privada significa a imposição de limites sobre o usufruto do território e bens naturais por alguém, significa dizer que a liberdade é subtraída na própria raiz do conceito da propriedade privada. A partir do momento em que um homem impede que outro possa consumir os frutos ou habitar uma terra que ele tomou a decisão de cercar, ele ataca diretamente a liberdade deste outro – e conseqüentemente de toda humanidade. Assim, é a inserção da propriedade privada entre os homens que irá pautar as noções de limite da liberdade.

7. O PAPEL DAS PAIXÕES

Rousseau não segue a mesma linha do pensamento moralista de sua época, como Pascal e outros pensadores franceses do século XVII ligados à tradição cristã, que relegavam as paixões a um papel irrelevante na história do conhecimento humano, ao que o autor se opõe, apontando uma relação de co-dependência entre o entendimento e as paixões.

O homem só deseja conhecer porque quer tirar algum proveito daquilo que conhece e é isso que o aproxima do objeto observado e suscita seu ímpeto investigativo.

“Apesar do que dizem os moralistas, o entendimento humano muito deve às paixões, que, segundo uma opinião geral, lhe devem também muito. É pela sua atividade que nossa razão se aperfeiçoa; só procuramos conhecer porque desejamos usufruir e é impossível conceber por que aquele, que não tem

desejos ou temores, dar-se-ia a pena de raciocinar”. (ROUSSEAU, 1993. p. 157)

No *Segundo Discurso*, as paixões possuem um papel determinante na transição natureza para estado civil, mas não as paixões naturais, pois estas também foram degeneradas pela sociedade. Seria impossível negar a participação das paixões nesse processo, o homem não escolhe ser escravo sem nenhum impulso que o "ajude". As paixões no estado de natureza não excedem os nossos limites físicos, pois elas estão estritamente baseadas em nossas necessidades também físicas e puramente materiais. É necessário, portanto, que haja progresso do conhecimento para que as paixões também avancem, sendo a partir da obtenção dessas novas luzes que os homens passam a nutrir novos desejos.

É na medida em que as primeiras relações sociais se desenvolvem que pouco a pouco o homem vai deixando para trás uma existência pautada pela liberdade e pela igualdade. As primeiras paixões, o amor de si e a compaixão, descritas na primeira parte como, respectivamente, a conservação de si e o desejo por preservar a existência do semelhante se degeneram, dando lugar a paixões egoístas.

No estado de natureza, o direito é desnecessário. O homem conta com o amor de si e a piedade, que são muito mais latentes no estado de natureza que no estado de raciocínio. Rousseau afirma que o amor próprio, substituto destas primeiras paixões é “engendrado pela razão e fortalecido pela reflexão. É ela que faz o homem ensimesmar-se, é ela que o separa de tudo que o incomoda e o aflige” (ROUSSEAU, 1993. p. 172). Cabe especificar aqui o tipo de reflexão ao que Rousseau se refere, ele usa um exemplo de como o homem de raciocínio costuma se posicionar diante daquilo que outrora o fazia agir em defesa de seu semelhante sem raciocinar: "Perece, se quiseres, que eu estou em segurança" (ROUSSEAU, 1993. p. 172). Aparentemente, a reflexão assume um caráter perverso que serve como um inibidor daquele que fora o primeiro sentimento humano, o homem se encobriu de novas luzes que trouxeram consigo novos valores e o cegou para a piedade do estado de natureza que já não exerce prioridade em seu espírito, pois o pacto social o ensinou que sua segurança é agora o seu bem mais precioso, não importando o que não lhe diz respeito.

O direito possui um efeito concomitante nessas reflexões, eles chegam para substituir a piedade natural no estado civil. Na natureza, a piedade modera em nós o amor de si mesmo e corrobora com a conservação mútua da espécie. "É ela que nos leva a socorrer, sem refletir, aqueles que vemos sofrer; e é ela que, no estado de natureza, substitui leis, costumes e virtude,

com a vantagem de ninguém ficar tentado a desobedecer-lhe a doce voz" (ROUSSEAU, 1993. p. 172). Com a substituição da compaixão pelo direito, os costumes e as leis, o homem terceiriza o papel da defesa do outro, se coloca ao lado de seu semelhante pensando em como um não é responsável pelo outro, mas o estado precisa defender os dois.

O amor-próprio é egoísta e ensimesmado, faz o homem perder qualquer senso de piedade por outro homem, isso decorre de sua busca obstinada pelo melhor lugar, por segurança, esta que ele vê ameaçada a todo momento já que a perdera em sua plenitude a partir do pacto social, que legitima entre os homens a desigualdade e, apesar das leis, mantém constante o clima de incertezas, pois essas leis podem ser desobedecidas. O homem que reflete se isola se aliena, sufoca sua natureza que nele se inquieta e nada pode fazer diante do novo cenário: "Podem impunemente degolar um seu semelhante sob sua janela, ele só terá de levar as mãos às orelhas e ponderar um pouco consigo mesmo para impedir a natureza, que nele se revolta, de identificar-se com aquele que se assassina" (ROUSSEAU, 1993. p. 172).

Sem a piedade natural, que antes servia de impedimento às defraudações de um homem para o outro, e esta aliada ao fim da liberdade provocam a violência do mundo agora civilizado. Há outra paixão que também é capaz de gerar violência no estado civil, é aquela que transforma o sexo em disputa sangrenta.

"Limitados somente ao aspecto físico do amor, e bastante felizes para ignorar essas preferências que lhes exacerbam o sentimento e lhes aumentam as dificuldades, os homens devem sentir com menos frequência e menos intensidade os ardores do temperamento e, por conseguinte, ter entre si disputas mais raras e menos cruéis. A imaginação, que provoca tantos estragos entre nós, não fala aos corações selvagens, cada qual aguarda calmamente o impulso da natureza, entrega-se a ele sem escolha, com mais prazer do que furor, e, satisfeita a necessidade, extingue-se todo desejo." (ROUSSEAU, 1993. p. 175).

Dessa forma Rousseau estabelece uma clara dicotomia entre os modos de satisfação sexual entre um estado e outro. Se o homem em seu estado natural é movido a unir-se sexualmente com alguém, ele o fará e a atração será restrita ao momento do ato e nada além disso. Diferentemente ocorre na sociedade. Na verdade, o texto apresenta uma forte ligação entre sociedade e essa nova forma de encarar o sexo, ou, utilizando a expressão acima empregada, o amor. As famílias constituem uma primeira forma de sociedade, pois estabelece-se uma relação de dependência e diferenciação de papéis tanto entre os sexos quanto entre o

tipo de parentesco. É preciso salientar que Rousseau é bastante crítico dessa nova configuração, pois é evidente que a ligação sexual anterior era fugaz e, por isso, era uma relação livre, não havia ciúmes ou embates violentos porque ambos os lados da relação sequer se conheciam e tinham interesse apenas em saciar sua necessidade. Assim como na sociedade de um modo geral, na família, reunida sobre as primeiras cabanas, também há uma ordem de dependência e submissão, a liberdade já não é importante:

"Não se pode concluir, pois, dos combates de certos animais pela posse das fêmeas, que a mesma coisa acontecesse ao homem no estado de natureza; e, ainda mesmo que se pudesse tirar essa conclusão, como essas dissensões não destroem as outras espécies, deve-se pensar ao menos que não seriam mais funestas à nossa espécie; e é muito aparente que elas causassem ainda menos devastação do que na sociedade, principalmente nos países em que, sendo os costumes ainda contados para alguma coisa, o ciúme dos amantes e a vingança dos esposos causam todos os dias duelos, assassínios e coisas piores ainda; em que o dever de uma eterna fidelidade só serve para provocar adultérios, e em que as próprias leis da continência e da honra estendem necessariamente o deboche e multiplicam os abortos." (ROUSSEAU, 1993. p. 176)

Eis uma reflexão interessante diante do que foi posto acerca das paixões: Rousseau considera que quanto mais desenfreadas e "iluminadas" são as paixões, mais numerosas são as leis e cada vez mais necessária se torna a criação de novas normas para conter o homem em seu novo estado. Sem a liberdade que antes era marcante e com restrições que eram impostas somente pela natureza, principalmente na alimentação, dentro de suas possibilidades, os homens viviam igualmente e, portanto, não possuíam necessidade alguma de subjugar ao outro para obter algum tipo de bem ou consideração. Agora tendo que viver em desigualdade, o homem depende do outro para sobreviver e as paixões precisam de normas que impeçam os combates violentos e tantos outros males. A questão é: o direito e a lei são incapazes de refrear a truculência das paixões, eles são ineficazes e acabam originando novas desordens.

As paixões originam as leis que não as conseguem conter. O que se espera da lei e do direito é que eles ao menos cumpram o propósito para o qual foi criado - o de refrear e eliminar as paixões, mas isso não acontece, parece haver uma contradição na própria concepção da lei e uma relação causal entre ela e as desordens. Sob a ótica do *Segundo Discurso*, sem a moral degenerada da ordem civil, o direito, os costumes e a virtude são desnecessários, ao mesmo tempo em que, com o seu surgimento, não há o fim das contendas e dos grandes e impetuosos

embates, pois as leis em si já nascem degeneradas e sem nenhuma virtude, pois não existe virtude no engodo e na ilusão proposta pelos ricos no intuito não de impedir as guerras e o combate entre homens, mas para protegê-los da revolta dos dominados.

Existem três estágios que, ao serem devidamente atingidos e consolidados, constituem o produto final dessas diferentes revoluções. O primeiro se dá com o estabelecimento da lei e do direito da propriedade privada. Para que a lei e o direito sejam uma garantia, é necessário que se institua um governo e esse é o segundo estágio da gênese da desigualdade e, por fim, o terceiro estágio é a substituição de poder legítimo por poder arbitrário.

As primeiras regras de justiça derivam da propriedade que é o primeiro passo para a desigualdade. Por sua vez, a propriedade advém da cultura das terras e sua partilha. A moral degenerada pela propriedade privada faz com que o homem precise de regras externas:

“para dar cada qual o seu, cumpre que cada qual possa ter alguma coisa; ademais, começando os homens a dirigirem suas vistas ao futuro e percebendo todos que tinham bens passíveis de perda, não havia um que não tivesse de temer para si a represália dos danos que poderia causar a outrem (...). É o trabalho apenas que, dando ao lavrador o direito sobre o produto da terra que lavrou, dá-lhe, conseqüentemente, o direito sobre o solo, pelo menos até a colheita, e assim, de ano em ano, o que vinha a ser uma posse contínua se transforma facilmente em propriedade”. (ROUSSEAU, 1993. p 192).

Anteriormente no estado natural, o que norteava as ações do homem era a sua necessidade de conservar a si próprio e aos outros, o que Rousseau chama de autoconservação e compaixão. São estas duas direções primitivas que fazem o papel da moral e das leis antes do surgimento destas na sociedade civil, são elas que impedem que a espécie cause o mal a si mesma. Diz Rousseau:

“(...) meditando sobre as primeiras e mais simples operações da alma humana, creio nela perceber dois princípios anteriores à razão, dos quais um nos interessa ardentemente ao nosso bem-estar e à conservação de nós mesmos e o outro nos inspira uma repugnância natural a ver perecer ou sofrer qualquer ser sensível, principalmente os nossos semelhantes. É do concurso e da combinação que nosso espírito é capaz de fazer desses dois princípios, sem que seja necessário incluir-hes o da sociabilidade, que me parecem decorrer todas as regras do direito natural; regras que a razão depois vê-se forçada a restabelecer sobre outros fundamentos, quando, por seus desenvolvimentos sucessivos, conseguiu sufocar a natureza”. (ROUSSEAU, 1993. p 138).

Antes que um governo fosse instituído para definir as regras de justiça na sociedade civil, os mais ricos já notavam a insegurança gerada por um direito precário baseado em noções pouco sólidas que poderiam ruir seu domínio. Se a força gerou a posse, a mesma força poderia despossar os abastados de sua riqueza. É nesse cenário que surge o pacto que origina a sociedade civil que posteriormente desembocará em nepotismo.

8. CONCLUSÃO

É observando todos estes pontos referentes às paixões que se torna possível entender, considerando o *Discurso Sobre as Ciências e as Artes* e o *Discurso Sobre a Origem e o Fundamento da Desigualdade Entre os Homens*, que Rousseau nos sugere, além de uma história hipotética acerca da história humana assolada pelas desigualdades, uma conclusão de que essa história em si é uma trajetória do declínio, da degeneração e da corrupção. O motivo disso é que tanto as ciências, as artes e a propriedade, ao serem devidamente combinadas com a natureza livre do homem, não puderam conduzir o homem a um destino diferente. A humanidade caiu, mesmo que de forma ingênua e despercebida, numa armadilha.

Ao falar da condição corrompida em que via os homens de seu tempo, Rousseau não está apenas realizando uma crítica a costumes particulares, nem se limitando a louvar certos tipos de constituições e a criticar outras. Podemos ver, em ao menos parte da obra desse filósofo, não apenas a constatação da miséria dos homens de seu tempo, mas também uma concepção segundo a qual a história da humanidade é, em última instância, ela mesma uma história de corrupção, no sentido de que, admitida a ocorrência de uma série de acidentes infelizes, a própria natureza dos homens, tal como está disposta, não poderia, a partir do estabelecimento da vida civil, conduzi-los a um resultado muito diferente do estado desesperadamente corrupto em que se encontram. (BALIEIRO, 2013. p. 2).

O retrato do homem que Rousseau busca fazer no *Segundo Discurso* não permite isolamento de uma ou outra característica, pois no que considera ser essencial, também busca ser exaustivo, se empenhando em fazer um apanhado de todos os aspectos e, por isso, não é possível dizer que o homem é apenas livre, ele é livre e, mas por conta de sua natureza, suscetível à más escolhas que, coincidentemente ou não, são as piores que poderiam ser tomadas, pois a partir da propriedade não há mais volta, não há igualdade e, portanto, não há liberdade.

No embrião da sociedade, já com os homens ociosos se reunindo em cabanas ou ao redor das grandes árvores, o homem inicia sua lenta perda de liberdade de *ser*, pois *parecer* passa a ser mais importante. Ainda assim, é preciso lembrar para para Rousseau este estágio das cabanas não é um estágio de escravidão, ao contrário. Pois embora essa perda de liberdade de *ser* não seja necessariamente causada pela imposição forçada de seus semelhantes, mas sim, pela ocasião em que a desigualdade natural, antes adormecida pela solidão, começa a se manifestar em habilidades demonstradas nas reuniões, ainda assim não estamos sob o domínio de outros homens. Este estágio está antes caracterizado por uma gradativa perda de transparência nas relações, como aquele que antes era o mais forte sozinho, agora pode demonstrar a sua força como atração para os seus semelhantes, por exemplo. Diz Rousseau, por exemplo:

Cada qual começou a olhar os outros e a querer ser olhado por sua vez, e a estima pública teve um preço. Aquele que cantava ou dançava melhor; o mais belo, o mais forte, o mais hábil ou o mais eloquente passou a ser o mais considerado, foi esse o primeiro passo para a desigualdade e para o vício ao mesmo tempo; dessas primeiras preferências nasceram, de um lado a vaidade e o desprezo, de outro a vergonha e o desejo; e a fermentação causada por esses novos germes produziu por fim compostos funestos à felicidade e à inocência. (ROUSSEAU, 1993. p. 187-188).

No seio da natureza, jogado à solidão e completamente indiferente ao julgamento ou estima alheia, o homem vivia livre para se sentir bem com o que possuía, considerando que não possuía nada e sequer havia o ato de se comparar, sua vida era baseada na satisfação de necessidades simples que não envolviam submeter sua autoestima à consideração do semelhante ao qual agora se vê preso.

Seria inevitável que, num universo de dependência mútua, os homens desenvolvessem algumas formas de desenvolvimento econômico que também estivessem envoltos em dependência, como cultura vigente. É nesse cenário que surge a metalurgia e a agricultura, segundo Rousseau. O homem também perdeu sua liberdade econômica, se é que podemos dizer que esse conceito fosse plausível antes da sociedade. Ninguém precisava trocar alimento, água ou moradia por algum tipo de mercadoria, por exemplo, pois tudo a natureza dispunha em abundância e os homens não pensavam na ideia de juntar ou possuir nada que não lhe fosse proveitoso no momento da necessidade. Com o advento da vida comunitária e da grande revolução provocada pela invenção da metalurgia e da agricultura, houve o abandono do estilo de vida básico e da liberdade na natureza e o migrar para uma vida de trocas e submissão.

[...] desde o instante em que um homem teve necessidade do socorro de um outro, desde que se tornou útil a um único ter provisões para dois, a igualdade desapareceu, a propriedade se introduziu, o trabalho se tornou necessário e as vastas florestas se transformaram em campos risonhos que era preciso erigir do suor dos homens, e nos quais se via logo a escravidão e a miséria germinarem e crescerem com as colheitas. (ROUSSEAU, 1993. p. 190).

Claramente esse clima amistoso durou muito pouco. Os embates sangrentos logo levaram o rico a refletir sobre a segurança de suas posses e seu domínio, muito embora seu domínio fosse também uma dependência, pois o homem pobre depende do homem rico para que este lhe conceda uma pequena parcela de seu lucro em troca de sua servidão, mas o primeiro precisa da servidão dos desafortunados sem muita escolha para continuar na mesma posição. Nesse sentido, as leis e o governo surgem como legitimação política da desigualdade, fazendo com que as armas e as forças dos pobres sejam usadas contra eles mesmos.

O homem perde totalmente sua liberdade natural e Rousseau não dá perspectiva de retorno a uma condição primitiva ou até mesmo à “idade de ouro”, embora o *Do Contrato Social* possa suscitar em alguns a ideia de correção social tentando revitalizar alguma virtude preservada, a obra não serve mais que um apontamento dos defeitos de constituições referidas por Rousseau.

“... uma obra como *Do Contrato Social*, por exemplo, seria muito eficaz no que diz respeito a criticar constituições corruptas, na medida em que faz com que suas falhas sejam mais visíveis quando apresentadas em contraste com a suposta constituição perfeita desenvolvida por Rousseau. Entretanto, uma obra desse tipo não parece ter, no quadro teórico instituído pelo autor, potencial para se tornar uma proposta efetiva de reforma estatal”. (BALIEIRO, 2013. p. 57).

O *Segundo Discurso* não é bem uma proposta de retorno ao modo de vida dos caraíbas, na verdade podemos o entender como uma obra de contemplação das hipóteses de Rousseau, a maneira como ele narra os “fatos” dessa reconstrução elaborada por ele mesmo. Claro que ao observar alguns tons de lamento ou insatisfação quando à tona são trazidos os acasos ou os acontecimentos chamados pelo filósofo de funestos e contrários à virtude, alguns podem acreditar que nisso Rousseau aponta para uma solução, uma ação de regresso às florestas. Entretanto, dado o próprio cenário apresentado por Rousseau, em nossa interpretação isso está fora de cogitação, o homem rumou à desigualdade ao ingressar na sociedade e perdeu sua liberdade ao aceitar o regime daquele que solitário instituiu mentirosamente a propriedade

privada. Ricos e pobres podem sustentar entre si uma relação de senhor e de escravo, mas é exatamente por um depender do outro que ambos podem ser entendidos como não livres, pois a origem da desigualdade é também o fim da liberdade.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- FORTES, Luiz Roberto Salinas. *Rousseau: o bom selvagem*. Editora Humanitas, 2007.
- BALIEIRO, M. R. “Natureza e degradação moral em Jean-Jacques Rousseau”. In: *Cadernos de Ética e Filosofia Política*, [S. l.], v. 2, n. 21, p. 56-63, 2013. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/cefp/article/view/56549>. Acesso em: 24 jun. 2022.
- LÉVI-STRAUSS, C. “Jean-Jacques Rousseau, fundador de las ciencias del hombre”. In: SAZBÓN, J. *Presencia de Rousseau*. Ediciones Nueva Visión. Buenos Aires: 1972
- ROUSSEAU, Jean-Jacques. *Discurso sobre a origem e os fundamentos da desigualdade entre os homens*. Martins Fontes, São Paulo. 1993
- _____. *O Contrato Social*. Martins Fontes, São Paulo, 1999.
- SOUZA, M. G. “Ocasão propícia, ocasião nefasta: tempo, história e ação política em Rousseau”. *Trans/Form/Ação*, (São Paulo), v.29(2), 2006, p. 249-256.
- NASCIMENTO, Milton Meira do. “Rousseau: da servidão à liberdade”. In: *Clássicos da política*. Tradução. São Paulo: Ática, 1997. Acesso em: 21 jun. 2022.
- _____. “Reivindicar direitos segundo Rousseau”. In: IEA USP, São Paulo 1998.